

## COMO SE LEMBRAR DE UM LUGAR DO SEGREDO?

*Catherine Le Grand-Séville\**

*Tradução: Denise Bernuzzi de Sant'Anna\*\**

### Resumo

Este artigo tem como centro de reflexão a história de uma instituição francesa que, durante décadas, serviu como maternidade abrigando mães solteiras da região e como lugar de acolhimento de crianças deficientes. Classificado como monumento histórico desde 1930, este local é hoje um castelo restaurado. Para a pesquisa etnográfica, foram feitas entrevistas com antigos funcionários daquela instituição e, a partir delas, pudemos compreender o quanto a restituição da memória deste lugar, recoberto por segredos e máculas, se choca com o desejo de esquecer.

### Palavras-chave

Memória; maternidade; segredo.

### Abstract

*This paper reflects on the history of a French institution that, over decades, acted as a maternity, sheltering single mothers from the region and disabled children. Classified as a historical monument since 1930, the place is today a restored castle. For the ethnographic research, former members of its staff were interviewed. Based on the interviews, it was possible to understand how much the restitution of the memory of this place, shrouded in secrets and stains, is obstructed by the desire to forget.*

### Keywords

*Memory; maternity; secret.*

---

\* Professora de Antropologia da Universidade de Lille III – França.

\*\* Professora do Departamento de História da PUC-SP.

Neste artigo gostaria de expor algumas reflexões sobre o que chamo de “uma restituição de todos os perigos”, a partir de uma pesquisa de campo desenvolvida na França. Na exposição que farei aqui, conjugam-se o receio de desvendar aquilo que alguns se dedicam a calar e a ocultar e o medo de decepcionar aqueles que esperam muito de uma pesquisa como esta, em que a relação intersubjetiva é forte, por vezes arriscada.

Entre 1991 e 1994, desenvolvi um trabalho de campo e uma pesquisa nos arquivos do oeste francês, sobre uma antiga Casa Maternal. Essa instituição, sobre a qual nenhum estudo havia sido feito até então, foi fechada em 1985. Seu prédio foi restaurado, mas nele não subsiste hoje qualquer traço material das suas antigas atividades médico-sociais. Contudo, ele abrigou simultaneamente uma maternidade departamental (nela nasceram 22.000 crianças entre 1938 e 1972), um asilo destinado às mães solteiras, uma sala de brinquedos e um abrigo para a infância.

Maternidade e casa maternal, essa instituição deveria acolher toda mulher grávida ou jovem mãe moradora da região, desde que fosse feita a devida solicitação. Nesse local, muitas mulheres deram à luz anonimamente, seja para esconder uma maternidade ilegítima, seja para nele abandonar a criança nascida. A sala de brinquedos e o abrigo para a infância eram destinados aos bebês e aos menores em situação de perigo extremo (abrigo de urgência, hospedagem de segurança...). Em 1984, a essas atividades, foi acrescida aquela de um preventorium (Instituto médico-pedagógico) para receber crianças com deficiência mental média e grave. Havia um pavilhão que acolhia os deficientes graves de menos de vinte anos.

Quanto ao orçamento, esse estabelecimento laico funcionava como um hospital. Passou por grandes problemas financeiros (entre 1947 e 1948, pensou-se até mesmo em sua supressão), problemas que seus tutores tentaram resolver multiplicando a implantação de pavilhões e de bangalôs num parque, para acolher novos serviços e acumular assim as indispensáveis rendas provenientes da diária.

Pertencendo ao Conselho Geral [municipal], classificado monumento histórico desde 1930, esse estabelecimento, que é um castelo, está hoje restaurado. Uma parte dele é alugada para a alta administração e para a visita durante o verão. As diversas instituições que ele abrigava foram transferidas para outros locais da região.

## *A exigência do segredo*

Desde minha primeira investigação sobre esse local, onde deveria encontrar um responsável regional da Direção da Ação Sanitária e Social, disseram-me que seria difícil realizar a pesquisa, pois era preciso respeitar o segredo e a discrição, sem contar que os dossiês e os arquivos não eram consultáveis. Também me disseram que essa instituição havia funcionado como um lugar de clausura e que, sem dúvida, no nível do Conselho Geral e naquele das instâncias dirigentes do setor da saúde, ninguém havia tido interesse em ver uma pesquisa se desenvolver sobre essa Casa Maternal e suas atividades anexas.

Da mesma forma, o Prefeito da cidade, que, contudo, havia me recebido de modo cortês, alertou acerca da não validade de certas testemunhas (que, mais tarde, revelaram-se seus inimigos políticos). Disse-me que já estava cansado de saber que se escrevia qualquer coisa sobre “sua” cidade e que eu deveria, por isso, ser prudente. Paradoxalmente, ele me inspirou uma certa confiança ao permitir a consulta, durante algumas horas, dos registros do estado civil do período de funcionamento das atividades da Maternidade. Normalmente, esta consulta é totalmente proibida. Assumi o compromisso de não tomar notas e de não fazer xerox. Compromisso que respeitei.

Antes de me alongar sobre essa situação de segredo, conjugada àquela de esquecimento organizado e oficial, é preciso explicar minha perseverança em trabalhar naquele local, apesar do acúmulo de obstáculos.

### *Por que este lugar?*

Existe mais de uma razão que explica meu interesse pela pesquisa dessa instituição: ela é uma das primeiras casas maternais instalada no interior francês e foi uma das raras a possuir uma longa existência. Ela se situa num departamento que, em 1928 (ano de sua abertura), abrigava, paradoxalmente, uma enorme miséria social e econômica de trabalhadores agrícolas e domésticos e uma burguesia rica, em parte iluminada, filantrópica e informada sobre as inovações médico-sociais. A Casa Maternal, estabelecida numa região rural, com costumes relacionados a um saber tradicional sobre o parto, viu-se confrontada com uma obstetrícia moderna e com sua aparelhagem de intervenções. Ela serviu, assim, como uma espécie de “laboratório” de mistura social: nela

viviam parturientes de origem popular e outras, chamadas de “as pagadoras”. Esses dois tipos não ocupavam os mesmos espaços e não possuíam os mesmos benefícios.

Uma outra contradição existe, desde a criação desse estabelecimento, entre o aspecto positivo de luta contra a mortalidade infantil que nele ocorria e uma dimensão mais sombria, aquela abertamente formulada pelos notáveis legisladores dos anos vinte, destinada a produzir crianças para a Pátria. São os aspectos totalizantes, normativos e autárquicos desse lugar que são interessantes de analisar à luz das experiências, das inovações sociais e médicas que ali foram desenvolvidas.

Três questionamentos formaram a trama deste trabalho: como ocorria o acolhimento das parturientes, das crianças abandonadas e dos doentes (tuberculosos e “loucos”) nessa instituição? Como se construiu a relação de alteridade para os antigos assalariados e usuários desse local? Como se deram os laços de parentesco e de filiação nesse lugar de segredo, onde foram efetuados numerosos partos anônimos, onde crianças viviam numa situação de constante “circulação” (crianças que eram adotadas, retiradas, alojadas)?

Essas preocupações, que à primeira vista parecem heterogêneas, convergem, porém, em direção a um único e mesmo questionamento complexo: o que é a memória de uma instituição quando os signos materiais que a sustentam e que a mantiveram desapareceram? Do que é preciso lembrar? Quais são os efeitos da restauração do castelo sobre essa memória, restauração que mumifica e congela esse lugar, segundo uma perspectiva museológica e segundo um passado anterior à Casa Maternal, ou seja, o século XVIII?

Esta análise da memória, viva e lacunar ao mesmo tempo, é acessível por meio do que eu chamaria de escuta etnográfica. Trata-se de uma escuta, pois um olhar que permitisse uma observação participante e direta da vida comunitária na instituição não é mais possível. É portanto sobre a municipalidade, em sua diversidade de discursos da memória, que devo me apoiar para conhecer a organização daquele local, e também as descontinuidades e rupturas desse universo social. Universo que se pode ler como uma sociedade miniaturizada por meio das regras nela prescritas, dos comportamentos que apenas na aparência eram naturais; por meio igualmente das idéias, dos valores e representações do mundo que a caracterizavam mesmo em seus conflitos internos.

Essa escuta etnográfica não pode ser evocada sem que eu conte um pouco sobre a relação que travei com meus depoentes ao longo dos anos de pesquisa. Fui acolhida gentilmente por todos. As mulheres me ofereciam freqüentemente chá e bolos. Os homens me recebiam sem pressa e conversavam longamente, mas nunca me convidavam para uma refeição em suas casas. Desse modo, os códigos de sociabilidade permaneciam

submetidos à divisão entre os sexos. Antes de fornecerem seus depoimentos, eles desejaram saber se eu não iria realizar uma pesquisa jornalística ou social. Buscavam em mim um traço de identificação que pudesse me ligar à sua comunidade e que os liberasse para falar sobre as recordações de suas vidas naquela instituição. Demonstraram uma preocupação em conhecer minha situação matrimonial e familiar. Pois o fato de ser casada e de ter dois filhos permitia que as mulheres pudessem me falar “das coisas da vida” e que os homens pudessem me receber em suas casas.

Assim, eles e eu passamos a ser diferentes interlocutores de uma situação na qual cada um buscava compreender o outro, trazendo questões e respostas resultantes de interpretações mediadas por nossa cultura e nossa história. Mondher Kilani em *L'invention de l'autre*<sup>1</sup> tem razão em escrever que a conceitualização do antropólogo encontra sempre aquela do informante, para a qual os outros também pensam suas relações e dão um sentido ao que eles fazem e dizem; mais ainda, que eles têm, eles mesmos, uma representação do outro e conferem sentido à situação de entrevista estabelecida entre eles e sua observação.

Uma experiência assim ocorreu comigo junto a uma mulher que se tornou a minha depoente mais preciosa. Quando eu a visitei pela primeira vez em sua casa, ela havia colocado sobre a mesa mais próxima à poltrona na qual ela me pediu para sentar, dois grandes pedaços de bolo que ela havia feito para mim, e, sobre uma outra mesa, situada um pouco mais distante, mas totalmente acessível ao meu olhar, um exemplar completamente novo de um livro de B. Malinowski, *Les argonautes du Pacifique occidental*. Num apartamento sem estantes, nem ela nem eu conversamos sobre a presença desse livro. Mas a ostentação perturbadora daquele livro me convenceu de que ela, buscando saber o que poderia ser um antropólogo, havia seguramente concluído que se tratava de alguém que buscava os selvagens como objeto de estudo. O que, contudo, não a impedia de me receber!

Essa estranha experiência foi a primeira de uma longa série de interações discursivas nas quais precisei me situar nessa posição de “estima” segundo um neologismo lacaniano interessante, na medida em que ele exprime muito justamente o indizível, a saber, essa atitude dialética ao mesmo tempo exterior e íntima, a qual precisamos assegurar. Principalmente em nossas entrevistas mais carregadas de emoção, e no meu caso elas foram numerosas, quando os depoentes evocavam sua infância dolorosa, as humilhações

---

1 Ed. Payot, Lausanne, 1994, p.35.

sofridas, as separações, os lutos, os atos de violência nos quais eles ou elas foram as vítimas.

Podemos citar algumas linhas escritas por Roselyne Rey, em sua obra *Histoire de la douleur*<sup>2</sup> que permitem uma melhor explicação sobre o que está em jogo na rememoração e na confiança das recordações infelizes:

A enunciação é um ato que, para além dos enunciados que ela produz, para além do sentido que ela transforma, afeta a própria realidade vivida, sem que seja possível dizer se a expressão do sofrimento alivia ao ser liberada, ou se este se amplia ao criar ressonâncias.

Além disso, existem as ressonâncias que a expressão do sofrimento do outro acarretam ao próprio pesquisador. Por isso é preciso se perguntar sobre a maneira pela qual é restituída a sua fala, suas lágrimas, seus silêncios, a confiança que nos é depositada. O que é possível revelar e o que se deve calar?<sup>3</sup> O que dizer da realidade do outro, o qual, a princípio, não pediu nada? Considerando que escolhi continuar esta pesquisa, e que não se tratava de manter apenas uma relação de fusão empática com meu objeto de estudo, decidi, assim como todos os que escolhem a etnologia, registrar por escrito cada encontro ocorrido, verificando com frequência o quanto o próprio registro age contribuindo no sentido de uma separação entre eu e os depoentes.

O conhecimento antropológico é de fato um trabalho de mediação sobre a distância e a diferença. Nessa mediação é preciso perceber nossa própria subjetividade como parte integrante da relação com o outro, com o depoente, o qual, contudo, precisamos construir pela escrita o mais objetivamente possível.

Deixando momentaneamente a posição de uma etnóloga que se considera uma parte de sua própria observação, gostaria de retornar ao universo institucional estudado para propor algumas interpretações a seu respeito. Esse universo era majoritariamente feminino. Exceto durante os anos trinta, ele sempre fora dirigido por mulheres. Mulheres de poder, e, segundo alguns, “mulheres amedrontadoras”. Notar-se-á que nesse quadro de poder exercido no feminino é bastante difícil encontrar essa invisibilidade das mulheres denunciada por muitos autores feministas. Da mesma forma, é improvável a existência nesse local de uma relação hierárquica baseada sobre a afirmação de uma

---

2 La découverte, Paris, 1993, p.8.

3 Cf. Catherine Le Grand-Séville, “Naissances marquées, rituels manqués,” *Gradhiva*, 1996, n. 19, pp.77.

dominação masculina. Há uma dominação exercida, mas ela ocorre através de uma rígida hierarquia dos papéis profissionais. Da lavanderia até a direção, estende-se uma estratificação na qual os raros homens trabalham freqüentemente numa posição subalterna, como faxineiro, jardineiro...

Essa submissão às ordens femininas não simplifica em nada minhas entrevistas com esses depoentes e, na verdade, complexifica o trabalho da memória elaborado durante as conversas que eles mantêm comigo, mulher etnóloga.

Naquele local, a subordinação dos homens em relação às mulheres afetava de modo espantoso suas relações com o feminino, com a sexualidade e com o seu fruto, que eram as crianças nascidas naquela maternidade. E foi principalmente junto deles que aprendi que esses nascimentos eram uma mácula, o que se tornou uma pista prioritária em minha pesquisa. Pareceu-me que o limpo, o sujo, a mácula, eram lembrados de modo lancinante, em todos os discursos coligados: aqueles dos antigos funcionários assalariados, assim como aquele dos antigos habitantes e vizinhos da instituição. Em 1985, os edifícios daquele castelo do século XVIII foram, como já disse, belamente restaurados, eliminando todo traço de atividade médico-social do passado. Essa reabilitação pode assim ser interpretada pois numerosas testemunhas concordam que essa restauração foi uma “grande limpeza geral e simbólica” – a expressão é emprestada de Yvonne Verdier – e parece lembrar a empresa higiênica perseguida sem cessar por todos os funcionários do estabelecimento. A restauração do castelo torna legítima a idéia de uma mácula difusa, de uma poluição sexual que engendrou durante cinquenta anos todo um conjunto de gestos de purificação, de esterilização, de disciplinarização, aplicados aos objetos, aos corpos e às almas das “filhas mães” para as quais era preciso “lavar o erro”.

Desse “diálogo com a água” – outra expressão de Y. Verdier – os habitantes da cidade não estão excluídos. Interessei-me pelo mito que eles constituíram sobre o que ocorria naquele local. Os cidadãos vizinhos ao castelo temiam que a água das marés e dos poços fosse contaminada pela infiltração dos dejetos corporais enterrados no parque. As marés foram secas, mas o medo perdurará e se modificará, tomando a forma de uma recusa, para todo um bairro, de ser servido pela água potável que viesse do reservatório do castelo, o primeiro da cidade.

As entrevistas, por vezes difíceis, realizadas durante alguns anos, permitiram constatar que esse medo e que os rumores receosos não eram de fato infundados. Na verdade, foram enterrados no jardim do castelo, durante dezenas de anos, um grande número de placentas resultantes de 22.000 partos ocorridos na Maternidade Departamental. Essa

prática se apresenta como uma “falha” no dispositivo sanitário, que se queria resolutamente dirigido rumo à modernidade e ao progresso. Essa prática de sepultamento oferecia a ocasião para se questionar sobre a divisão dos imaginários femininos e masculinos como sobre a divisão das tarefas e dos papéis sociais Poder-se-ia dizer que os homens não cessaram de falar da mácula que as mulheres, em todos os níveis de qualificação profissional, esforçavam-se em “limpar”.

### *Pode-se restituir a memória de tal lugar?*

Freqüentemente me pergunto se trabalhar sobre esse tema da mácula, que foi praticamente imposto à pesquisa, não contribui de certo modo para cobrir esse estabelecimento de opróbrio, enquanto que a maioria das testemunhas encontradas esperam que meu trabalho restaure positivamente a lembrança desse lugar. Talvez, alguns deles pensem que tentei macular a sua memória. Como escreveu Françoise Zonabend,<sup>4</sup>

é verdade que a etnografia não é um espelho. Ora, é de fato sob esta forma que, na maioria dos casos, a demanda de restituição se exprime: o que os depoentes buscam... é de certa maneira o reflexo deles mesmos, o reflexo tal qual eles pensam ter fornecido. Eles buscam aquilo que eles acreditam ou querem ser.

No entanto, confrontei-me com uma demanda dupla e contraditória: por um lado, uma forte demanda social, principalmente das antigas e dos antigos assalariados, em “finalmente acabar com o silêncio”, como diziam. Mas estou certa de que eles não se reconhecerão nas publicações que elaboro a partir da pesquisa realizada com eles, e que eles esperam documentos apologéticos. É por isto que toda possibilidade de identificar os lugares e as pessoas foi cuidadosamente evitada. Por outro lado, a outra demanda viria muito mais dos notáveis, dos responsáveis que demonstraram de bom grado disponibilidade em eliminar os traços, as recordações, pois escolheram a perspectiva museológica para melhor ocultar a memória. Eles parecem colocar à frente de tudo a exigência do segredo para melhor impor o esquecimento.

Acredito que, devido à escolha ideológica dos responsáveis políticos da região ou do departamento, a categoria de obstáculos que se apresenta não é mais insuperável ou difícil do que o receio, o obstáculo maior de ser, pelos resultados desta pesquisa, para

---

4 “De l’objet et de sa restitution en anthropologie”, *Gradhiva*, 1994, n. 16, p.10.



aqueles que me contaram sua verdade, um tipo de “decepcionadora do social”, sempre segundo Françoise Zonabend. Essas memórias individuais, que se conjugam e se recordam, reclamam um suporte para uma memória coletiva. Numerosos são aqueles que querem se lembrar da Casa Maternal, nela colocando uma placa de comemoração da existência dessa instituição. Eles desejam desse modo que sua memória individual seja associada a uma memória coletiva, simbólica e ritualizada. São essas descobertas que, segundo Marc Augé, forjam a identidade de um grupo.<sup>5</sup> Ele indica também que, se existe um dever social de recordar, é preciso levar em consideração a necessidade do esquecimento individual para aqueles que sofreram.

A restituição de minha pesquisa inscreve-se portanto nesse dever de memória coletiva que se choca com o desejo de esquecer, desejo legítimo daqueles e daquelas que foram humilhados, infelizes e que, contudo, aceitaram falar; como se eles se engajassem num duplo movimento, paradoxal, ficando ao mesmo tempo aliviados de enunciar a uma outra pessoa essa memória simbólica, mas querendo, também, acabar rapidamente com suas ressonâncias dolorosas.

---

5 Cf. Sua Introdução à obra *Milieux et mémoire*, publicada em 1993 pela Universidade de Jerusalém.